

INTOLERÂNCIA ÉTNICA E RACIAL: O PENSAMENTO EUGENISTA NO BRASIL E O IDEAL DE “PURIFICAÇÃO” DAS RAÇAS

William Vaz de Oliveira*
Cecília de Castro Rocha**
Mara de Souza Leal***

Resumo: Pensar a intolerância em toda a sua complexidade faz-se necessário pensá-la enquanto um conceito histórico que carrega as marcas de seu tempo. Atualmente, por exemplo, seu exercício se dá de forma mais sutil, pois o discurso cria a idéia de que algumas questões históricas, tão calejadas pelo tempo, já foram resolvidas. Discute-se a construção de um espaço social e de socialização para os homossexuais, direitos adquiridos para os negros e afro-descendentes, igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, etc. No entanto, na prática, essas questões não parecem refletir exatamente o que está assegurado. O Brasil, principalmente na primeira metade do século XX, a intolerância contra os negros ainda era mais acentuada. Eram vistos como uma raça inferior que era vista como responsável pelo atraso da sociedade. Nesse sentido, este artigo discute a forma como o pensamento eugenista procurou resolver essa questão através de uma proposta intolerante de branqueamento dos povos.

Palavras – Chaves: Intolerância, Eugenia, Raça e Etnia.

INTRODUÇÃO

Em religião, o ódio esconde a face de Deus. Em política, o ódio destrói a liberdade dos homens. No campo das ciências, o ódio está a serviço da morte. Em literatura, ela deforma a verdade, desnaturaliza o sentido da história e encobre a própria beleza sob uma grossa camada de sangue e de feiúra. Insidioso, dissimulado, o ódio insinua-se na linguagem, como no olhar, para perturbar as relações entre um homem e o outro, uma comunidade e a outra, um povo e o outro.¹

A intolerância não pára de crescer em todo o mundo. Basta ligar a televisão ou ler a gazeta diária para percebê-la saltando aos nossos olhos inescrupulosamente.

* Graduando em Psicologia e Mestrando em História Social ambos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Bolsista de Mestrado pela CAPES (2007-2009) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política (NEPHISPO).

** Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

*** Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

¹ WIESEL, Elie. Prefácio. *Foro Internacional sobre intolerância* (1997: Paris, França). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 8.

“Conflito no Oriente Médio deixa doze mortos e cinquenta e quatro feridos”. “Ataque suicida faz dez vítimas fatais no Líbano”. “Homossexual de vinte e oito anos é morto com trinta e dois golpes de faca por um grupo de *skinheads* furioso”. “Pais são mortos a pauladas pela filha de dezessete anos”. “Criança de oito anos é estuprada e morta em um subúrbio do Rio de Janeiro”. “Índio Pataxó é queimado vivo por um grupo de jovens de classe média”. “Mãe desesperada atira a filha recém-nascida em uma lagoa na cidade de Belo Horizonte”. Essas informações não são lançadas aqui na tentativa de fazer nenhuma sensação com os acontecimentos narrados, mas, ao contrário, procura evidenciar a afirmativa de que a intolerância é uma constante em nosso dia-a-dia e que em virtude de seu exercício a violência cresce a cada dia.

Pensar a intolerância em toda a sua complexidade faz-se necessário pensá-la enquanto um conceito histórico que carrega as marcas de seu tempo. Atualmente, por exemplo, seu exercício se dá de forma mais sutil, pois o discurso cria a idéia de que algumas questões históricas, tão calejadas pelo tempo, já foram resolvidas. Discute-se a construção de um espaço social e de socialização para os homossexuais, direitos adquiridos para os negros e afro-descendentes, igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, etc. No entanto, na prática, essas questões não parecem refletir exatamente o que está assegurado.

O próprio conceito de intolerância já parece ser intolerante o que mostra que este não é um assunto que dispensa maiores cuidados. As formas de dominação são outras, as minorias são revistas e reconfiguradas, mas o exercício da intolerância não deixa de fazer suas vítimas a todo instante. Tolerar significa, da forma como entendemos, permitir que o outro exista, se manifeste, mas não é porque toleramos que, necessariamente, aceitamos e compreendemos. Estatísticas revelam, por exemplo, que grande parte da população é tolerante aos homossexuais. No entanto, ver dois homens ou duas mulheres trocando afetos e carinhos pode ser um ato de estranhamento e agressividade para a maioria das pessoas. Há uma tolerância, certamente, desde que ele se manifeste e seja ele mesmo nos lugares que lhes são reservados.

A sociedade se vê a cada dia mais fragmentada. A definição de padrões de comportamentos específicos, a criação de grupos particulares, os guetos, é uma constante hoje em dia. São os *emos*, novos *punkies*, os *metrossexuais*, os *ubersexuais*, os *clubs*, os *skinheads*, e tantos outros que fica até difícil elencar. Cada um com seu mundinho, com sua moda, sua linguagem, enfim, uma redefinição dos espaços sociais

que nem sequer asseguram o direito à diferença. As particularidades são toleradas, desde que manifestas em espaços cuidadosamente criados para isso.

Nesse sentido, a necessidade de se afirmar enquanto tal gera uma intolerância doentia acerca do outro, no qual não se reconhece. A prática da alteridade, capacidade de se colocar no lugar do outro não ocorre. Muito ao contrário, a definição e afirmação de si levam ao exercício de negar o outro que é externo, diferente, bárbaro. Esta prática, tão presente em toda a história das civilizações surgem em nossos dias trajando outras roupagens e forjando novas linguagens, mas a repercussão dessas práticas não deixa de ser igualmente intolerante e violenta. Como mostra Elie Wesel:

[...] ausência de linguagem, a intolerância não é apenas o instrumento fácil do inimigo; ela é o inimigo. Ela nega toda a riqueza veiculada pela linguagem [...]. Quando a linguagem fracassa, é a violência que a substitui. A violência é a linguagem daquele que não se exprime mais pela palavra. A violência é também a linguagem da intolerância, que gera ódio.²

Essas considerações acabam reiterando a idéia trabalhada anteriormente, pois a violência transforma-se no elemento ativo da prática da intolerância. A negação do outro, gera o instinto de vê-lo exterminado. Para tanto, há uma depreciação da diferença que se encontra na contramão dos nossos interesses. Na guerra, este mecanismo é adotado na justificativa do massacre do inimigo. Compará-lo a um animal, sem alma, sem espírito e sem sentimentos torna-se necessário o seu extermínio. A guerra sustenta-se na ideologia da inferioridade e barbárie do inimigo. Mais que uma prática de violência e conflito de interesses, ela é transformada num veículo de difusão da civilização e combate ao terrorismo. Subsidiada por esse discurso, a guerra é usada para exterminar povos inteiros.

Dessa forma, a relação saber-poder, tão cara ao pensamento do filósofo Michel Foucault, não pode ser descartada nessa tentativa de compreender a intolerância. No exercício do poder, embora ele se encontre em todos os lugares, aqueles que sabem mais, conseqüentemente, podem mais. O discurso dessa maneira aparece como um recurso capaz de proselitizar massas inteiras, difundir o ódio e justificar práticas desumanas e violentas. Ao jurista cabe o direito de dizer a verdade sobre as leis, aos médicos o direito de dizer a verdade sobre as doenças e assim por diante.

² WISEL, Elie. Prefácio. *Foro Internacional sobre Intolerância* (1997: Paris, França). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 7.

Nesse sentido, a história revela acontecimentos incompreensíveis e injustificáveis que foram vistos como necessidade. A história não deve ser vista como uma necessidade. Não é justificável a necessidade da exterminação de povos e culturas. O fato é que a intolerância gera ódio pelo outro que contraria as nossas verdades, ele se transforma assim numa ameaça que deve ser combatida e erradicada. Não há como pensar a história fora de um jogo constante e interminável de interesses.

A intolerância contra as minorias escreveu páginas de nossa história que chegam a dar uma dor no fundo dos olhos quando são lidas. Bruxas, hereges, prostitutas, leprosos, loucos, negros e homossexuais foram vítimas das incompreensões de outrem e sofrem na pele as marcas desse ressentimento.

Não é de hoje que as minorias são negadas e perseguidas. Muito ao contrário, a história nos revela que foi uma constante em toda a história das civilizações. A intolerância étnica, racial e religiosa também carrega as marcas de seu tempo. Negros foram negados como humanos, esta é uma característica da intolerância, negar o outro em sua humanidade na tentativa de diferenciá-lo do eu.

No Brasil, no período colonial, sobretudo, as minorias, transformaram-se em verdadeiros “bodes expiatórios”. Vistas como um entrave à idéia tão necessária de civilização e progresso, foram recolhidas e enjauladas em celas insalubres de manicômios e prisões. A idéia de uma raça superior, livre de miscigenação, foi precursora de uma política de higienização que visava o branqueamento das raças. O eugenismo surge nesse momento como a possibilidade de difundir a idéia de progresso e civilização, além da moralização e disciplinarização, de um povo bárbaro, impuro e não civilizado.

O PENSAMENTO EUGENISTA NO BRASIL

No Brasil, a doença mental ganhou os seus moldes a partir da incorporação do pensamento da Eugenia importado dos Estados Unidos. Vê-se o ideal da sociedade moderna em construir suas grandes cidades e manter a sua aparência impecável. Eis, pois o pobre, o mendigo, e o desajustado social enclausurados pela força dos conceitos eugênicos e trancados nos porões da insanidade. A idéia dos eugenistas americanos era identificar os portadores de “germes defeituosos”, impedir sua reprodução pela segregação e esterilização. Segundo alguns autores, *Edwin Black*, por exemplo, as idéias

dos eugenistas americanos inspiraram Adolf Hitler, que assume o poder na Alemanha em 1924, ao promover o aperfeiçoamento da raça ariana.³ Como lembra o filósofo Roberto Machado, a idéia da eugenia, melhora da descendência, se espalharam pelo mundo, conquistando adeptos em muitos países, inclusive no Brasil. Dentre esses adeptos encontravam-se médicos, escritores, juristas e empresários que se filiavam a essa corrente de pensamento. Dentro dessas idéias provindas dos Estados Unidos, foi fundada em 1917 a Sociedade Higiênica de São Paulo. Para os eugenistas americanos, nossa miscigenação racial era completamente oposta os seus desígnios.⁴

O termo eugenia (“boa geração”) foi cunhado por Francis Galton em 1883, no livro *Inquires into human faculty*. Sob a influência da leitura do livro de seu primo Charles Darwin, *A origem das espécies*, Galton lança as bases do que depois ganhará o nome de eugenia com o livro *Hereditary genius* (1869). Nesse livro, Galton procura demonstrar que a capacidade humana decorria da hereditariedade mais do que da própria educação.

Segundo definição do próprio Galton, Eugenia é a “ciência que lida com todas as influências que melhoram as qualidades natas de uma raça; também aquelas que tantas influências quantas possam ser razoavelmente empregadas, para fazer com que as classes úteis na comunidade possam contribuir mais do que sua proporção para a geração seguinte”.

A ansiedade com o futuro da sociedade, reforçada por uma série de transformações sociais e econômicas, criava o contexto no qual a eugenia aflora como uma esperança para a elite branca e rica. Em 1909, em um dos artigos de sua coletânea. *Essays on Eugenics*, Galton parte de uma proposição estatística de distribuição de “talentos” entre uma dada população para defender que o caráter e as faculdades dos seres humanos seriam distribuídos de acordo com certas leis estatísticas. Adotando o critério de distribuição de “valor cívico”, procura demonstrar que este também obedece razoavelmente a essas leis. O raciocínio desloca-se para a sociedade a partir da adoção da premissa de que “os cérebros de nossa nação encontram-se nas mais altas de nossas classes”, e então Galton conclui pela “economia de esforço” em se concentrar a atenção sobre as elites para buscar o aprimoramento da raça. Seria estatisticamente mais proveitoso investir nos casamentos em que ambos os cônjuges são oriundos da mesma

³ Cf. BLACK, Edwin. *A Guerra contra os Fracos: A Eugenia e a Campanha Norte Americana para criar uma Raça Superior*. São Paulo: A Girafa, 2003.

⁴ Cf. MACHADO, Roberto (Org.). *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

classe alta do que em casos em que apenas um deles o é. Acrescenta Galton que é muito mais importante promover o aumento da produtividade do *melhor estoque* do que reprimir a do pior. Segundo André Mota.

Os primeiros passos dirigiam-se aos que já possuísem uma raça já considerada superior. Incentivado as pessoas consideradas racialmente fortes, equilibradas, inteligentes e bonitas a ter maior número de filhos, de modo que seu número médio se elevasse progressivamente, foram criados concursos de bem-dotados e avaliações de hereditariedade. Paralelamente, e de modo complementar, era necessário limitar a descendência das pessoas avaliadas como inferiormente apresentáveis (doentes taradas e miseráveis).⁵

Á medida que as teorias racistas começaram a ser postas em dúvida, nas primeiras décadas do século XX, novos intelectuais passaram a questionar o determinismo geográfico e biológico como explicação para os problemas nacionais. Paradoxalmente, a ideologia do branqueamento se consolidou. Nesse período, a instabilidade política que levaria à crise e derrocada da Primeira República mostrava cada vez mais um aprofundamento das divisões internas na elite. A somatória desta cisão com as transformações econômicas e sociais, além do desenvolvimento da ciência (especialmente da medicina) brasileira, criou o ambiente no qual surgiu e ganhou no Brasil a eugenia. Na opinião de Couto, a Eugenia se tornou um amálgama ideológico num espaço de conflito, contextualizado pelo fracionamento dos interesses econômicos entre setores agrários aliados do poder pela burguesia cafeeira e de recém-surgidos industriais, além de uma classe média multifacetada e de reivindicações operárias constantes.

O Brasil foi o primeiro país sul-americano a ter um movimento eugenista organizado, a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918). O movimento eugênico brasileiro é bastante heterogêneo, mas vale destacar sua atuação junto à saúde pública e o saneamento, bem como à psiquiatria e “higiene mental” ao longo das décadas de 1920 e 1930, o que permite verificar algumas das principais questões nas quais a questão urbana se relaciona ao pensamento eugênico.

A união entre eugenia e higiene foi característica do movimento eugenista brasileiro. Parte do sucesso do eugenismo nesse período parece devido à sua formulação suprapolítica. Podendo ser utilizada por qualquer tendência político-ideológica, a

⁵ MOTA, André. Dos “quase brasileiros” ao perigo “de fora”: brasileiros e imigrantes sob um diagnóstico sanitário e eugênico. In: *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 68.

eugenia oferecia mecanismos de contenção dos conflitos sociais provenientes das reivindicações trabalhistas e justificavam o fortalecimento do Estado. A luta pelo saneamento, com o apoio das práticas eugenistas, buscava resguardar – ou resgatar – a força de trabalho. As campanhas pelo saneamento, que culminaram com a criação da Liga Pró-Saneamento tinham à frente, por exemplo, a figura de Belisário Penna, membro efetivo da Comissão Central Brasileira de Eugenia.

Fazia parte do ideal desses médicos sanitaristas a crítica aos modelos políticos vigentes. Um aspecto importante dessa crítica, porém, é uma aceitação da doutrina da “vocação agrícola” do país por uma grande parcela da elite, e que consta também das proposi es da Comissão Central Brasileira de Eugenia: Direitos de sucessão que favoreçam os trabalhadores dos campos no sentido de garantir a estabilidade econ mica das famílias sadias e prolíferas de agricultores e criadores.

Apenas uma parcela ínfima da popula o rural teria condi es de ser agraciada pelos direitos de sucessão reivindicados pelos eugenistas. Essas propostas parecem tentar garantir aos já proprietários rurais que não seriam reconhecidos direitos, aos ex-escravos libertos ou seus descendentes, de terras que tivessem ocupado como “posseiros” após a Aboli o. Mais do que isso, as melhorias do campo e a regenera o da raça visavam unicamente o aumento da produtividade dos trabalhadores rurais, não em qualquer tentativa de reorganiza o da estrutura fundiária do campo.

Já nas cidades, a atua o dos eugenistas se caracteriza pelo disciplinamento das massas trabalhadoras através da no o de *higiene mental*. Na década de 1920, a eugenia ocupa um lugar central no discurso psiquiátrico brasileiro. Advogando a possibilidade de interven o racional sobre a sele o natural, a eugenia se apresentava com a proposta de defender a saúde física e moral dos trabalhadores brasileiros. Assim, o movimento de Higiene Mental   uma extensão e um desdobramento das questões eug nicas, e “ratificava parâmetros disciplinares, os quais deveriam garantir a forma o de uma popula o sadia, sem conflitos”.

A higiene mental extrapola então os limites de sua disciplina e passa a cuidar das condi es psíquicas da sociedade como um todo, organizando uma *vida sadia*. Ganhou força aqui a crença de que fatores externos como doenças e o alcoolismo contribuíam para a degenera o da raça. Sob os preceitos da higiene mental, Antonio Carlos Pacheco e Silva criou o Sanatório Pinel de Pirituba, para suprir a demanda proveniente do processo de urbaniza o e combater os “detritos da civiliza o”. A intensa urbaniza o do período fez emergir a questão da loucura na ordena o do espaço urbano, concebida

como fonte potencial de “epidemias psíquicas”. Essa concepção é expressa por Pacheco e Silva:

Freqüentemente, nas grandes aglomerações, os homens deixam-se conduzir por indivíduos tarados, portadores de estados psicopáticos, de idéias mórbidas de reivindicação, de delírios pleitistas, de idéias delirantes de perseguição. “Tais tipos mórbidos são dotados de grande capacidade de proselitismo e são extremamente ativos na defesa de suas idéias mórbidas, razão por que exercem grande influência sobre as massas”.⁶

Admitem-se aqui fatores sociais como elementos “disgênicos” e sua vinculação a finalidades políticas – no caso, o ativista político igualado a um paranóico. Da mesma forma, e com muita freqüência, o feminismo era visto como uma ameaça à família. As mulheres, concebidas pelos eugenistas como “Sacerdotisas da Eugenia”, frágeis física e intelectualmente, deveriam se enquadrar em rígidos moldes comportamentais sob risco de terem sua cidadania esvaziada sob o diagnóstico de enlouquecimento.

Assegurar a ordem social cada vez mais ameaçada pelo crescimento das cidades foi um dos principais papéis atribuídos às instituições psiquiátricas, e a grande motivação para criação do Sanatório Pinel: uma resposta ao medo perante o crescimento da cidade, e um exemplo do esforço eugênico para ordenação do espaço urbano para o qual contribuíram membros da elite social paulista, capitalistas, comerciantes, advogados e médicos.

Segundo o pensamento eugenista, o brasileiro tinha um potencial genético e civilizatório que ameaçaria o progresso da ação, devendo ser apurado e transformado. Nesse sentido, acreditava-se que o atraso da nação devia-se a miscigenação da população que havia herdado apenas as características ruins do branco, do negro e do índio. A idéia de progresso e civilização não podia conviver com estrutura social formada por seres não civilizados. Essa situação estava em desacordo com a construção tão almejada de uma idéia de nação aos moldes nas nações européias, como queria a elite brasileira daquela época. Como mostra André Mota:

Para as elites dirigentes que buscavam construir uma identidade nacional, colocando o Brasil junto aos países mais civilizados e altivos, as críticas contra esse homem “quase brasileiro” eram tidas como fundamentais para o desenvolvimento da nação de sua história.⁷

⁶ PACHECO E SILVA, apud COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. Op. Cit. (1994), p. 25-26.

⁷ MOTA, André. Dos “quase brasileiros” ao perigo “de fora”: brasileiros e imigrantes sob um diagnóstico sanitário e eugênico. In: Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 60.

Assim, as elites acabavam comparando o brasileiro ao europeu mostrando que o europeu era mais civilizado e acreditando que somente uma política de controle da saúde é que manteria o brasileiro produtivo com a capacidade de alcançar o europeu. Assim, os poderes públicos atentaram-se para os “brasileiros miscigenados”, que acreditavam que a fusão das raças era a grande responsável pela degenerescência e a impossibilidade da civilidade. Nesse sentido, ele devia ser cuidadosamente assistido, disciplinado e adestrado. Segundo os eugenistas:

[...] higienizada e civilizada a nação, os eugenistas diziam ter campo fértil para consagrar o seu grande objetivo de traduzir nas características raciais que vinha sendo feito no campo civilizatório, pelas intervenções sanitárias [...]. A busca de um indivíduo saudável e equilibrado passaria, igualmente, pelas contingências do meio físico e moral, de que cuidariam tanto os sanitaristas como os eugenistas, estes considerados capazes de formatar geneticamente um brasileiro “mais homem”, portanto “menos animal”.⁸

Numa sociedade que assistiu, desde tempos remotos, ao alvorecer da escravidão, e a sua derrocada tardia em fins do século dezenove, não é de se surpreender que tenha logo se filiado ao pensamento eugenista. Uma cultura constantemente marcada pelo contato de sangues diversos, desde o latino ao escravo africano, talvez seja a sociedade mais miscigenada do mundo. O ideal de branqueamento da sociedade nos leva a crer que o sentimento de chegar a uma raça pura não se reserva à imagética pessoa de Hitler.

Nesse sentido, o pensamento eugenista no Brasil tem sido abordado em diferentes perspectivas e diversos enfoques. Jurandir Freire Costa, em seu livro *A História da Psiquiatria no Brasil*, nos apresenta o pensamento eugenista enquanto ideal de higienização mental, sendo que a incorporação desse pensamento no Brasil aproxima-se dos ideais nazistas da psiquiatria alemã. Desse ponto de vista, o fato de ter sido publicado nos Arquivos de Higiene Mental a Lei Eugênica Alemã de 1934 dá a impressão de reforçar as idéias do autor. Num período atribulado da história brasileira; crise de 1929, Revolução de 1930, Revolta Constitucionalista de 1932, Revolta Comunista de 1935, tentativa de golpe integralista de 1938. Vivia-se um período de afirmações totalitárias e o Brasil convivia com a ditadura Vargas que tentava se equilibrar entre as forças em luta pelo mundo.

Assim, nota-se o interesse do Estado em mediar as relações sociais, por meio do controle do espaço público em consonância com o espaço privado. Nesse sentido, as

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 65-66.

práticas psiquiátricas assumem suas nuances políticas. Higienizar significa limpar o que é sujo e preservar o que é puro. Num governo autoritário não fica difícil perceber o que deve ser varrido e o que deve ser escondido. São aqueles que contestam as ordens e aqueles que enxergam demais e falam demais. Numa sociedade em que ninguém quer ver, enxergar além dos horizontes pode custar caro ao observador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi dito fica claro perceber que o tema da intolerância não pode ser fechado em discussões simplórias. Em todos os momentos históricos, e em todas as civilizações, ela foi responsável pelo massacre de corpos, almas, culturas, personalidades e costumes. Assim, como foi mostrada, a questão do discurso entra como um canal através do qual se exerce o poder e o controle sobre os outros. A eugenia no Brasil revela um quadro de intolerância, étnica, racial, cultural e social que acabou por levar pessoas inocentes a manicômios e prisões. Além de acentuar o preconceito racial sobre os negros, à medida que propõe um embraqueamento dos povos, relacionando a cor da pele ao atraso, à perversão, à barbárie e a degenerescência.

Atualmente percebe-se que essas práticas tiveram grande repercussão e ainda sobrevivem com grande intensidade. A intolerância racial, sobretudo contra os negros, ainda é uma questão de grande peso. E enquanto as pessoas não se atentarem para o fato de que todos, independentemente de cor, raça ou gênero são igualmente seres humanos, a intolerância continuará fazendo milhares de vítimas pelo mundo todo.

Tolerar, no entanto, não é apenas permitir o ser do outro, mas sim, respeitá-lo em toda a sua integridade. Segundo Françoise Héritier:

Tolerar é aceitar a idéia de que os homens não são definidos apenas como livres e iguais em direito, mas que todos os humanos sem exceção são definidos como homens. Sem dúvida é aí que reside o fundamento de uma hipotética ética universal, com a condição – que comporta consideráveis condições – de que haja uma tomada de consciência individual e coletiva, uma vontade política internacional e o estabelecimento definitivo de sistemas educacionais que ensinem a não odiar.⁹

⁹ HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a Intolerância. Foro Internacional sobre intolerância (1997: Paris, França). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 27.

BIBLIOGRAFIA

- _____. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico/* Jurandir Freire Costa.- 4.ed.ver. e ampliada.- Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1989.
- BARRETO, L. *Diário do Hospício – o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ AGCRJ, 1988.
- BARRETO, L. *Diário do Hospício – o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ AGCRJ, 1988.
- BASTIDES, Roger. *Sociologia das Doenças Mentais*. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1967.
- BASTIDES, Roger. *Sociologia das Doenças Mentais*. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1967.
- BLACK, Edwin. *A Guerra contra os Fracos: A Eugenia e a Campanha Norte Americana para criar uma Raça Superior*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi/* José Murilo de Carvalho.- São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial/* Sidney Chalhoub.- São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios(Rio de Janeiro, 1830-1930)/* Magali Gouveia Engel. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- Foro Internacional sobre Intolerância* (1997: Paris, França). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MACHADO, Roberto (Org.). *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOTA, André. Dos “quase brasileiros” ao perigo “de fora”: brasileiros e imigrantes sob um diagnóstico sanitário e eugênico. In: *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PACHECO E SILVA, apud COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. Op. Cit. (1994), p. 25-26.
- SAMPAIO, G. *Nas Trincheiras da Cura*. Campinas: Cecult/ Editora da Unicamp, 2002.
- UCHOA, P. M. *Organização da Psiquiatria no Brasil*. São Paulo: Sarvier, 1981.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos*: Uma história da luta pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2002.